

Relatório da Administração

Prezados Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Sul América Companhia de Seguro Saúde ("Companhia"), relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2013, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base na legislação societária, nas normas do Conselho e nos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). **1. Conjuntura econômica:** A crise mundial perdeu força ao longo de 2013 e as políticas de estímulo adotadas pela maioria dos países desenvolvidos possibilitaram a retomada do crescimento, com destaque para a recuperação dos EUA, compensando uma menor expansão apresentada pelas economias emergentes. O PIB mundial apresentou crescimento de 2,9% em 2013 criando as bases para um melhor desempenho em 2014. O governo brasileiro manteve a política econômica adotada em 2012, voltada para proteger o País dos efeitos decorrentes da crise econômica internacional. Alguns incentivos fiscais e creditícios foram colocados em prática buscando estimular o consumo e os investimentos. O consumo se manteve como o principal motor do crescimento, à semelhança do observado em anos anteriores. Já os investimentos foram estimulados pelos gastos em infraestrutura e pelas concessões realizadas ao longo do ano. Os distúrbios políticos ocorridos em meados do ano e a alta dos juros internacionais, devido à maior expansão da economia americana, abalaram a confiança das empresas e consumidores, minando o crescimento no 2º semestre de 2013. O PIB em 2013, para o qual era esperado avanço de 3,0%, encerrou o ano com crescimento em torno de 2,5%. A desconexão entre consumo e produção permaneceu em 2013, levando à redução do superávit externo, bem como a crescentes pressões inflacionárias. Visando impedir que a inflação fugisse de controle, o Banco Central iniciou um novo ciclo de aperto monetário em 2013, elevando a taxa SELIC de 7,25% para 10,0% no período. A inflação fechou 2013 em 5,9%, muito próxima da registrada em 2012 (5,8%). Durante o processo de recuperação econômica dos EUA, o Banco Central americano deu sinais de que iniciaria o processo de normalização da política monetária a partir do início de 2014. Isso deu início a um processo de realocação de recursos pelo mundo, que fortaleceu o dólar americano e desvalorizou as cotações das commodities e ativos dos mercados emergentes em geral. O mercado de ações brasileiro, representado pelo índice Ibovespa, recuou 15,5% em 2013. No mesmo período, o Real mostrou depreciação de 14,6%.

2. Principais informações financeiras:

Resultado (R\$ milhões)	2013	2012	Var.
Prêmios ganhos de plano de assistência à saúde	5.780,9	1.536,0	276,4%
Sinistros retidos	(4.720,6)	(1.391,6)	(239,2%)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde	1.060,3	144,4	634,2%
Resultado bruto	899,9	117,4	666,4%
Resultado financeiro líquido	131,9	62,7	110,5%
Resultado patrimonial	147,4	358,9	(58,9%)
Resultado antes dos impostos e participações	446,8	411,2	8,7%
Resultado líquido	367,7	388,3	(5,3%)

3. Comentário sobre o desempenho: No exercício findo em 31/12/2013, os prêmios ganhos pela Companhia totalizaram R\$5.780,9 milhões, com aumento de 276,4%. Os sinistros retidos somaram R\$4.720,6 milhões, representando 81,7%

dos prêmios ganhos. A variação da provisão de sinistros passou de (R\$10,4) milhões para R\$170,8 milhões em 2013 e o resultado patrimonial passou de R\$358,9 milhões para R\$147,4 milhões no final do ano. O patrimônio líquido da Companhia atingiu R\$2.622,4 milhões, com incremento de 13,4% sobre o exercício anterior. A Companhia apresentou no ano um lucro líquido de R\$367,7 milhões. **4. Reorganização societária:** Em 31/01/2013, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação da controlada direta Sul América Seguro Saúde S.A. pela Companhia, visando otimizar a estrutura de seguro saúde da SulAmérica. O efetivo deferimento da incorporação pela ANS ocorreu em 24/04/2013. Foi apurado um balanço de encerramento para efetivação contábil da incorporação quando da aprovação por parte da ANS, com data base em 30/04/2013. Apresentamos, a seguir, o acervo patrimonial incorporado, ao valor contábil:

(Em milhares de reais)	2013	2012
Ativo	1.689.357	150.072
Circulante	1.674.285	143.214
Disponível	150.72	150.72
Realizável	1.674.285	143.214
Aplicações	1.432.124	109.024
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	109.024	96.713
Despesas de comercialização diferidas	9.539	25.182
Créditos tributários e previdenciários	25.182	1.703
Bens e títulos a receber - Outros créditos a receber	1.703	1.703
Outros	1.354.216	828.140
Não circulante	828.140	6.858
Realizável a longo prazo	828.140	6.858
Aplicações	1.030	44.410
Créditos tributários e previdenciários	44.410	136.582
Despesas de comercialização diferidas	136.582	121.059
Ativo fiscal diferido	121.059	524.173
Depósitos judiciais e fiscais	524.173	886
Outros	886	484.727
Investimentos	484.727	8.946
Imobilizado	8.946	32.403
Intangível	32.403	32.403
Total	3.043.573	1.689.357
Passivo	1.194.385	1.044.912
Circulante	1.044.912	26.595
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	1.044.912	26.595
Débitos de operações de assistência à saúde	26.595	32.422
Provisões	32.422	27.495
Tributos e encargos sociais a recolher	27.495	169
Empréstimos e financiamentos	169	62.792
Débitos diversos	62.792	448.112
Não circulante	148.473	23.329
Provisões técnicas de operações - AMH	23.329	101.077
Provisões	101.077	322.674
Tributos e encargos sociais a recolher	322.674	1.032
Débitos diversos	1.032	1.401.076
Patrimônio líquido	1.401.076	3.043.573
Total	3.043.573	3.043.573

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	2012		Passivo	Notas	2012	
		2013	(Reclassificado)			2013	(Reclassificado)
Circulante		2.318.353	628.026	Circulante		1.681.911	526.819
Disponível	-	19.636	2.330	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	11	1.273.371	341.426
Realizável	-	2.298.717	625.696	Provisões de prêmios	-	132.346	70.597
Aplicações financeiras	5	1.926.451	477.682	Provisão de prêmios não ganhos	-	117.272	69.678
Aplicações vinculadas a provisões técnicas	-	1.447.498	339.761	Provisão para remissão	-	15.074	919
Aplicações não vinculadas	-	478.953	137.921	Provisão de sinistros a liquidar para SUS	-	14.724	-
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	-	179.515	32.027	Provisão de sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	-	747.154	165.126
Prêmio a receber	6.1	175.540	32.027	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	-	379.147	105.703
Operadoras de planos de assistência à saúde	-	2.678	-	Débitos de operações de assistência à saúde	-	89.950	13.075
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde	-	1.297	-	Comercialização sobre operações	-	13.478	233
Despesas diferidas	7	111.269	3.590	Operadoras de planos de assistência à saúde	-	35.235	-
Créditos tributários e previdenciários	8	5.078	3.394	Outros débitos de operações com planos de assistência à saúde	-	41.237	12.843
Bens e títulos a receber	9	74.430	108.533	Provisões	-	38.156	38.603
Despesas antecipadas	-	1.974	470	Provisões para IR e CSLL	-	2	11.256
Não circulante		2.904.084	2.617.600	Provisões para ações judiciais	14.1	38.154	27.347
Realizável a longo prazo	-	1.707.091	720.873	Tributos e encargos sociais a recolher	16	51.489	20.843
Aplicações financeiras	5	2.342	1.309	Empréstimos e financiamentos a pagar	-	73	-
Aplicações vinculadas a provisões técnicas	-	-	328	Débitos diversos	16	228.872	112.872
Aplicações não vinculadas	-	2.342	981	Não circulante		918.091	406.317
Créditos tributários e previdenciários	8	53.437	12.731	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	11	36.687	11.095
Despesas de comercialização diferidas	7	163.110	20.868	Provisão para remissão	-	17.033	2.381
Ativo fiscal diferido	8	284.535	120.292	Provisão de sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	-	19.654	8.714
Depósitos judiciais e fiscais	14	1.197.531	558.143	Provisões para tributos diferidos	8.2	136.137	86.746
Outros créditos a receber a longo prazo	-	6.136	7.530	Provisões para ações judiciais	14.1	139.385	114.972
Investimentos	-	1.140.296	1.887.364	Tributos e encargos sociais a recolher	-	602.046	190.700
Participações societárias avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	-	1.140.296	1.887.364	Tributos e encargos sociais a recolher	14.1	586.482	190.700
Participações societárias - Operadoras de planos de assistência à saúde	10	251.502	1.447.806	Tributos e contribuições	-	15.564	-
Participações societárias - Outras entidades	10	888.770	439.558	Parcelamento de tributos e contribuições	16	3.836	2.804
Outros investimentos	-	24	-	Débitos diversos	17	2.622.435	2.312.490
Imobilizado	-	8.518	599	Capital social	-	1.702.000	1.100.000
Imobilizado de uso próprio	-	5.822	278	Reservas	-	1.327.455	1.544.071
Bens móveis - Não hospitalares/ Não odontológicos	-	5.822	278	Reservas de capital	-	(6.923)	(6.923)
Outras imobilizações	-	2.696	321	Reservas de lucros	-	1.334.378	1.550.994
Intangível	-	48.179	8.764	Ajustes de avaliação patrimonial	-	(45.967)	29.472
Total do ativo		5.222.437	3.245.626	Ações em tesouraria	-	(361.053)	(361.053)
				Total do passivo e patrimônio líquido		5.222.437	3.245.626

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Descrição	Ágio em transações de capital		Reservas de capital	Ações em tesouraria	Reserva legal	Reserva estatutária	Dividendo adicional proposto	Total das reservas de lucro	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Capital									
Saldos em 01/01/2012	1.100.000	(6.923)	(6.923)	(241.053)	15.135	1.241.807	1.732	1.258.674	9.017	-	2.119.715
Alterações de práticas contábeis (nota 2.1)	-	-	-	-	-	9.124	-	9.124	(601)	-	8.523
Saldos ajustados em 01/01/2012	1.100.000	(6.923)	(6.923)	(241.053)	15.135	1.250.931	1.732	1.267.798	8.416	-	2.128.238
Aumento de capital com realização de reserva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de ações para manutenção em tesouraria	-	-	-	(120.000)	-	-	-	-	-	-	(120.000)
Dividendo adicional pago	-	-	-	-	-	-	(1.732)	(1.732)	-	-	(1,732)
Alterações de práticas contábeis (nota 2.1)	-	-	-	-	-	(2.844)	-	(2,844)	-	2.844	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	21.056	-	21.056
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	388.332	388.332
Proposta da destinação do resultado:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	19.559	-	-	19,559	-	(19,559)	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	-	268.213	-	268,213	-	(268,213)	-
Juros sobre o Capital Próprio conforme ARCA de 29/03/2012 - R\$992,32 por lote de mil ações ON e R\$1.091,54 por lote de mil ações PN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(70.000)	(70.000)
Dividendos propostos - R\$1.036,09 por lote de mil ações ON e R\$1.139,70 por lote de mil ações PN	-	-	-	-	-	-	-	-	(33.404)	(33,404)	(33,404)
Saldos em 31/12/2012	1.100.000	(6.923)	(6.923)	(361.053)	34.694	1.516.300	-	1.550.994	29.472	-	2.312.490
Aumento de capital em espécie conforme AGE de 15/07/2013 e 26/11/2013	120.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	120.000
Aumento de capital com realização de reserva conforme AGE de 28/03/2013	482.000	-	-	-	(34.694)	(447.306)	-	(482.000)	-	-	(75.439)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	(75.439)	-	(75,439)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	367.717	367.717
Proposta da destinação do resultado:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	18.386	-	-	18,386	-	(18,386)	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	-	246.998	-	246,998	-	(246,998)	-
Juros sobre o Capital Próprio conforme ARCA de 13/12/2013 - R\$1.353,78 por lote de mil ações ON e R\$1.489,15 por lote de mil ações PN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(100.000)	(100.000)
Dividendos propostos - R\$31,58 por lote de mil ações ON e R\$34,74 por lote de mil ações PN	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.333)	(2,333)	(2,333)
Saldos em 31/12/2013	1.702.000	(6.923)	(6.923)	(361.053)	18.386	1.315.992	-	1.334.378	(45.967)	-	2.622.435

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto onde mencionado)

1. Contexto operacional: A SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE denominada "Companhia" é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, autorizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) a funcionar como operadora classificada como seguradora especializada em saúde, e tem como principal acionista a Sul América Companhia Nacional de Seguros, denominada "SALIC" com 63,52% de ações ordinárias e 70,15% de ações preferenciais, com participação total de 65,14%, e tem como controladora indireta final a Sul América S.A., denominada "SASA". A SASA é controlada pela Sulasapar Participações S.A. (SULASAPAR), com 50,88%

de ações ordinárias, 0,01% de ações preferenciais e 25,66% de participação total. A SASA, por deter participação no capital dos demais acionistas, é a controladora indireta da Companhia, com 100% de participação no capital total. Nestas demonstrações financeiras, denominamos de "SulAmérica" o conjunto de empresas controlado pela SASA, o qual a Companhia faz parte. **1.1. Incorporação da Sul América Seguro Saúde S.A.** Em 31/01/2013 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação da controlada direta Sul América Seguro Saúde S.A. pela Companhia, visando otimizar a estrutura de seguro saúde da SulAmérica. O efetivo deferimento da incorporação pela ANS ocorreu em 24/04/2013. Foi apurado um balanço de encerramento para efetivação contábil da incorporação quando da aprovação por parte da ANS. Apresentamos, a seguir, o acervo patrimonial incorporado, ao valor contábil:

A ACAL Auditores Independentes S.S. elaborou o laudo de avaliação com base no método de avaliação patrimonial - valor líquido contábil.

5. Distribuição do resultado:

	(R\$ milhares)	
Descrição	2013	2012
Lucro líquido do exercício ajustado	-	411.208
Alteração de práticas contábeis	-	2.844
Lucro antes dos impostos e participações	446.824	414.052
(-) Impostos e contribuições	(67.400)	(18.941)
(-) Participações	(11.707)	(3.935)
Lucro líquido do exercício	367.717	391.176
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(18.386)	(19.559)
Lucro líquido ajustado	349.331	371.617
Dividendos obrigatórios	25% do lucro líquido ajustado	87.333
(-) Juros sobre capital próprio líquido a serem considerados nos dividendos obrigatórios	85.000	59.500
Bruto	100.000	70.000
Imposto de renda	(15.000)	(10.500)
Saldo dos dividendos obrigatórios propostos	2.333	

Ativo Circulante	1.689.357
Disponível.....	15.072
Realizável.....	1.674.285
Aplicações.....	1.432.124
Créditos de operações com planos de assistência à saúde.....	109.204
Despesas de comercialização diferidas.....	96.713
Créditos tributários e previdenciários.....	9.539
Bens e títulos a receber - Outros créditos a receber.....	25.182
Outros.....	1.703
Não circulante	1.354.216
Realizável a longo prazo.....	828.140
Aplicações.....	1.030
Créditos tributários e previdenciários.....	44.410
Despesas de comercialização diferidas.....	136.582
Ativo fiscal diferido.....	121.059
Depósitos judiciais e fiscais.....	524.173
Outros.....	886
Investimentos.....	484.727
Imobilizado.....	8.946
Intangível.....	32.403
Total	3.043.573

Passivo Circulante	1.194.385
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde.....	1.044.912
Débitos de operações de assistência à saúde.....	26.595
Provisões.....	32.422
Tributos e encargos sociais a recolher.....	27.495
Empréstimos e financiamentos.....	169
Débitos diversos.....	62.792
Não circulante	448.112
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde.....	23.329
Provisões.....	101.077
Tributos e encargos sociais a recolher.....	322.674
Débitos diversos.....	1.032
Patrimônio líquido	1.401.076
Total	3.043.573

A ACAL Auditores Independentes S.S. elaborou o laudo de avaliação com base no método de avaliação patrimonial – valor líquido contábil. **2. Apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras.** As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas com base nas normas emitidas pela ANS e nos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS. O pronunciamento CPC 11, que trata do reconhecimento contábil dos contratos de seguros, ainda não foi aprovado pela ANS até a data dessas demonstrações financeiras e, dessa forma, não podem ser consideradas em conformidade com o conjunto de normas emitidas pelo CPC. A ANS publicou as Resoluções Normativas nºs 314/2012, 322/2013 e 344/2013, em substituição a Resolução Normativa nº 290/2012, que apresentam como principal destaque a criação da Provisão de Prêmios ou Contribuições Não Ganhos (PPCNG). Anterior a esta norma, o valor correspondente ficava registrado na conta “Prêmios a receber – Faturamento antecipado”, como conta retificadora, no ativo. A seguir, uma conciliação entre as demonstrações financeiras de 31/12/2012, publicadas em 28/02/2013 e a utilizada como comparativo, nestas demonstrações financeiras:

	2012		
	Publicado	Ajustes	Reclassificado
Ativo circulante	606.764	21.262	628.026
Aplicações financeiras.....	477.682	-	477.682
Créditos de operações com planos de assistência à saúde (a).....	10.765	21.262	32.027
Outros.....	118.317	-	118.317
Ativo não circulante	2.612.123	5.477	2.617.600
Créditos tributários e previdenciários (b).....	133.023	(120.292)	12.731
Ativo fiscal diferido (b).....	-	120.292	120.292
Investimentos (c).....	1.881.887	5.477	1.887.364
Outros.....	597.213	-	597.213
Total	3.218.887	26.739	3.245.626

	2012		
	Publicado	Ajustes	Reclassificado
Passivo circulante	505.557	21.262	526.819
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde (a).....	271.748	69.678	341.426
Débitos de operações de assistência a saúde (a).....	8.229	4.846	13.075
Débitos diversos (a).....	166.134	(53.262)	112.872
Outros.....	59.446	-	59.446
Passivo não circulante	406.317	-	406.317
Patrimônio líquido (c)	2.307.013	5.477	2.312.490
Total	3.218.887	26.739	3.245.626

	2012		
	Publicado	Ajustes	Reclassificado
Prêmios ganhos de plano de assistência à saúde.....	1.536.021	-	1.536.021
Sinistros indenizáveis líquidos.....	(1.391.597)	-	(1.391.597)
Resultado Bruto	144.424	-	144.424
Outras receitas e despesas operacionais.....	(27.006)	-	(27.006)
Despesa administrativa e de comercialização.....	(127.814)	-	(127.814)
Resultado financeiro líquido.....	62.657	-	62.657
Resultado Patrimonial (c).....	361.791	(2.844)	358.947
Resultado antes dos impostos e participações	414.052	(2.844)	411.208
Impostos e contribuições.....	(18.941)	-	(18.941)
Participações no resultado.....	(3.935)	-	(3.935)
Resultado líquido	391.176	(2.844)	388.332

(a) Referente a criação da Provisão de Prêmios ou Contribuições Não Ganhos (PPCNG); (b) Referente à criação de rubrica específica para Ativo fiscal diferido; (c) Referente ao reflexo de baixas de provisões nas empresas controladas, conforme exigência do órgão regulador. As reclassificações não apresentam efeito significativo no resultado ou patrimônio líquido. Portanto, a Administração julgou que os impactos nas demonstrações financeiras de 01/01/2012 não foram significativos para a compreensão destas demonstrações financeiras, não sendo necessária a apresentação do balanço patrimonial reclassificado para aquela data. O Conselho de Administração autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 25/02/2014. **2.2. Base de mensuração.** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo: • Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nota 5); • Os instrumentos financeiros disponíveis para venda (nota 5). **2.3. Moeda funcional e de apresentação.** Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **3. Principais práticas contábeis.** As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1. Resumo de práticas contábeis.** As práticas contábeis mais relevantes adotadas são: **3.1.1. Apuração de resultado.** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera: • Os prêmios de seguros são reconhecidos pelo período de vigência do risco das apólices/faturas como prêmios retidos; • Os custos de angariação são diferidos e registrados na rubrica “Despesas diferidas” no ativo circulante e “Despesas de comercialização diferidas” no ativo não circulante e amortizados no resultado pelo prazo médio estimado de permanência dos segurados em carteira, considerando a vigência das apólices e o prazo de cobertura à qual a despesa de comercialização se refere, e a expectativa de cancelamento ou não-renovação das apólices; • Os sinistros são refletidos nos resultados com base na metodologia conhecida como IBNP (Incurred But Not Paid) que busca refletir a sinistralidade final estimada para os contratos com cobertura de risco em vigência. Os sinistros incluem as despesas estimadas a incorrer, tanto aquelas diretamente alocáveis aos sinistros considerados individualmente (Allocated Loss Adjustment Expense - ALAE), quanto a outras despesas relacionadas aos sinistros, mas não diretamente alocáveis (Unallocated Loss Adjustment Expenses - ULAE). **3.1.2. Balanço patrimonial.** • Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, exceto para as aplicações financeiras que são classificadas de acordo com a expectativa de realização; • Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos; • Os créditos tributários não são ajustados a valor presente. **3.2. Instrumentos financeiros.** Os ativos financeiros não derivativos são classificados e mensurados, conforme descritos a seguir: • **Mensurado ao valor justo por meio do resultado.** Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Em alguns casos, títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, considerando-se a estratégia de investimentos (vide nota 4.4.2.1 (a)) e de acordo com a gestão de riscos documentada. • **Disponível para venda.** Os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias “mensurados ao valor justo por meio do resultado”, “empréstimos e recebíveis” ou “mantidos até o vencimento” são classificados como “disponíveis para venda” e contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. As valorizações e desvalorizações não realizadas financeiramente são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos correspondentes efeitos tributários e, quando realizadas ou quando há impairment são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. • **Mantidos até o vencimento.** Os títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia possui a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado. • **Empréstimos e recebíveis.** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por prêmios a receber e demais contas a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado e ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável. **3.3. Depósitos judiciais e fiscais.** Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo não circulante e os rendimentos e as atualizações monetárias sobre esse ativo são reconhecidos no resultado. **3.4. Investimentos.** Reconhecidos inicialmente pelo valor justo, ajustados pela redução ao valor recuperável, quando aplicável, combinado com os seguintes aspectos: • As participações acionárias em controladas e coligadas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial; • O ágio decorrente de aquisição com fundamento econômico de expectativa de rentabilidade futura é classificado no investimento; • O ágio na aquisição de ações de controlada, tratado como transação de capital, está registrado no patrimônio líquido. **3.5. Redução ao valor recuperável.** • **Ativos financeiros (incluindo recebíveis).** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado tem seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta

indícios de perda. Já um ativo financeiro mensurado a valor justo tem perda após o reconhecimento inicial do ativo, se apresentar efeito negativo nos fluxos de caixa futuro projetados, estimados de maneira confiável, tais como: desvalorização significativa ou prolongada reconhecida publicamente pelo mercado, descontinuidade da operação da entidade em que a Companhia investiu, tendências históricas da probabilidade de inadimplência, entre outros. • **Ativos não financeiros.** Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados no mínimo anualmente para apurar se há indicação de redução ao valor recuperável. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado no mínimo anualmente. A redução ao valor recuperável de ativos (impairment) é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa.

3.6. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido. As provisões para imposto de renda e para contribuição social corrente e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data base das demonstrações financeiras. O reconhecimento do imposto de renda e da contribuição social diferidos é estabelecida levando em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para o período de 3 anos.

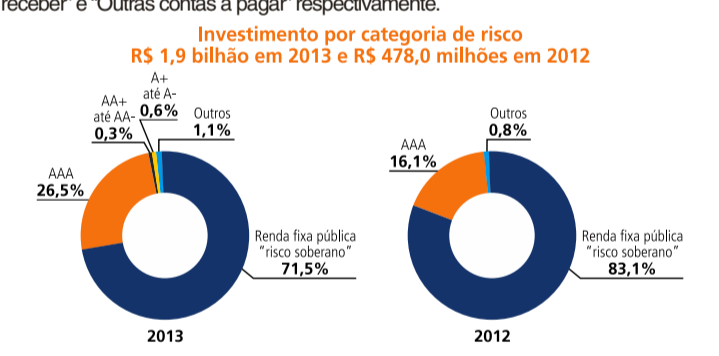
3.7. Provisões técnicas de contratos de seguros. As provisões técnicas são constituídas de acordo com a regulamentação estabelecida pela ANS, conforme a seguir: (a) **Provisão de Prêmios ou Contribuições Não Ganhos (PPCNG).** A PPCNG é constituída pelo método pro rata die, tendo como base a divisão dos prêmios e contribuições pelo número de dias de cobertura total, multiplicados pelo número de dias da cobertura do risco a decorrer, para os contratos de seguros de saúde. (b) **Provisão de Sinistro a Liquidar (PSL).** A PSL representa a previsão de pagamentos prováveis, líquida de recuperações, determinada com base nos avisos recebidos até a data das demonstrações financeiras, atualizada monetariamente nos casos de seguros indexados. • A PSL é constituída pelo valor das faturas dos prestadores de serviços, adicionada da ALAE, calculada com base nos avisos de sinistros recebidos; • Adicionalmente à PSL, a Companhia provisiona as despesas relativas à gestão da regulação de sinistros que ainda estão em fase de análise técnica, mas que não são alocados a cada sinistro individualmente, denominadas “ULAE”; • A ULAE é calculada com base no percentual histórico, obtido pela razão entre o total das despesas com regulação de sinistros e o total de sinistros pagos multiplicado pelo saldo da PSL, deduzindo-se da estimativa o montante correspondente aos gastos já incorridos na atividade de regulação de sinistros. (c) **Provisão de Sinistros a Liquidar em Processos Judiciais.** As provisões de sinistros a liquidar relacionadas a processos judiciais são estimadas e contabilizadas com base na opinião do Departamento Jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração considerando a respectiva estimativa de perda. No caso de processos judiciais semelhantes, recorrente e relacionada ao negócio, a provisão de sinistros a liquidar leva ainda em consideração itens específicos apurados com base em fatores calculados a partir da comparação dos valores despendidos com processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva estimativa de perda (provável, possível ou remota), o desembolso financeiro e o grupamento do ramo do seguro envolvido, quando aplicável. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pelo IPCA e juros de 9,36% ao ano. As provisões e os honorários de sucumbência referentes às causas de natureza cível relacionadas às indenizações contratuais de sinistros estão contabilizadas na rubrica “Provisões técnicas de operações de assistência à saúde”, no passivo circulante e no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais e fiscais” no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) e juros de 6% ao ano, conforme legislação vigente. (d) **Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA).** A PEONA, também conhecida no mercado internacional como IBNR (Incurred But Not Reported), é constituída com base no IBNP subtraído da PSL. Para apurar o IBNP, é calculada a estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não pagos com base em triângulos de run-off mensais, métodos estatístico-atuariais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos, adicionado da ALAE, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. Para o ramo saúde, o desenvolvimento histórico observado é de 36 meses. A IBNR é apurada considerando tanto a ALAE quanto a ULAE. A ULAE da IBNR é calculada com base no percentual histórico, obtido pela razão entre o total das despesas com regulação de sinistros e o total de sinistros pagos multiplicado pelo saldo da IBNR. (e) **Provisão para Remissão.** A Provisão para remissão corresponde ao valor dos benefícios cujo evento gerador tenha ocorrido e tenha sido avisado. Esta provisão é constituída para garantia dos benefícios de remissão de prêmios, concedidos aos beneficiários dependentes pelo prazo estabelecido em cada contrato, de até 5 (cinco) anos, em função do falecimento do segurado titular. A provisão é calculada com base na estimativa de sinistros futuros dos beneficiários descontada para a data base das demonstrações financeiras.

3.8. Provisões judiciais. • Cíveis e trabalhistas. A Companhia constitui provisões para suprir desembolsos futuros oriundos de processos judiciais cíveis não relacionados a indenizações contratuais, reclamações trabalhistas ou processos judiciais de natureza fiscal. Os valores são constituídos a partir de análise individualizada do valor estimado de perda e da classificação do grau de risco (provável, possível ou remoto), realizada pelo Departamento Jurídico interno, pelos consultores legais independentes e pela Administração da Companhia. No caso dos processos judiciais cíveis, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais, isto é, aqueles processos judiciais cujo autor é cliente da Companhia e cuja causa de pedir é recorrente e relacionada ao negócio, adicionalmente à avaliação individual do grau de risco (provável, possível ou remota), os valores de provisão são constituídos tendo como base a aplicação de percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores despendidos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva estimativa de perda (provável, possível ou remota), o desembolso financeiro e o grupamento do ramo do seguro envolvido, quando aplicável. As regras de provisionamento acima também se aplicam aos processos judiciais trabalhistas, cujo autor é ex-empregado ou ex- prestador de serviços da Companhia. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pelo IPCA e juros simples de 9,36% ao ano nos processos cíveis e pela TR e juros simples de 9,36% ao ano nos processos trabalhistas. As provisões para processos judiciais e os honorários de sucumbência, referentes às causas de natureza cível não relacionadas às indenizações contratuais de sinistros, assim como as trabalhistas, estão contabilizados no passivo circulante e não circulante na rubrica “Provisões para ações judiciais”. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante na rubrica “Depósitos judiciais e fiscais” e são atualizados monetariamente pela TR e juros de 6% ao ano, para os depósitos judiciais cíveis e trabalhistas, e taxa SELIC para os depósitos previdenciários, conforme legislação vigente. • **Fiscais.** As provisões para ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos advogados patrocinadores das causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal são provisionados independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito e, por isso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, na rubrica “Provisões para ações judiciais”, no passivo circulante e não circulante e em “Tributos e encargos sociais a recolher” no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais e fiscais”, no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela SELIC, conforme legislação vigente. **3.9. Benefícios a empregados.** Os benefícios mantidos pela Companhia compreendem o Plano de Contribuição Definida, por intermédio do Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). Os custos com o PGBL são reconhecidos no resultado pelo valor das contribuições efetuadas. **3.10. Pagamento com base em ações.** A Companhia remunera administradores com ações da SASA e o plano é praticado com base no modelo Black-Scholes para as opções simples emitidas nos programas até 2010 e no modelo binomial para as opções simples emitidas no programa de 2011 e de 2012. O valor justo do plano é reconhecido pela Companhia a partir da data de outorga, na rubrica “Despesas administrativas”, com um correspondente lançamento na rubrica “Outros débitos a pagar” no passivo circulante. Periodicamente, a Companhia reembolsa à SASA pela remuneração em ações, feitas a seus administradores (vide nota 12.2). A partir do programa de 2013, o plano geral de opção de compra de ações, passou a ter somente programa com outorga de opções bonificadas. Neste atual plano de remuneração em ações, o executivo adquire uma quantidade de ações em tesouraria da Companhia com direito a bonificação. Tanto as ações adquiridas quanto as bonificações de ações possuem carência, sendo 33% com carência de 3 anos, 33% com carência de 4 anos e o restante com carência de 5 anos. **3.11. Dividendos.** Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. O Conselho de Administração, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais,

apresenta a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. **3.12. Uso de estimativas.** A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se a apuração do valor justo dos instrumentos financeiros, ao registro dos passivos relacionados a sinistros, ao prazo de diferimento de certas despesas de comercialização, a probabilidade de êxito nas ações judiciais, ao valor do desembolso provável refletidos na provisão para ações judiciais e demais saldos sujeitos a esta avaliação. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do período em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas: • Valor justo das aplicações financeiras mensuradas ao valor justo através do resultado e disponíveis para venda (nota 5); • Despesas de comercialização diferidas (nota 7); • Movimentação de créditos e débitos tributários (nota 8); • Provisões técnicas de operações de assistência à saúde (nota 11); e • Provisões para ações judiciais (nota 14). **3.13. Normas emitidas e ainda não adotadas: (a) Normas Internacionais (IFRS).** O International Accounting Standards Board (IASB) publicou vários pronunciamentos, orientações ou interpretações contábeis (novos ou alterações), cuja adoção obrigatória é a partir dos exercícios iniciados após 01/01/2014. A Companhia não tem intenção em adotar qualquer uma dessas normas antecipadamente. Aquelas normas que podem ter algum impacto para a SulAmérica estão apresentadas a seguir: **Aplicáveis em ou a partir de 01 de janeiro de 2014: • IAS 36 - Redução no valor recuperável de ativo (Impairment of assets) (alteração):** Introduz alterações e clarificações sobre as divulgações requeridas por esse pronunciamento. • **IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração (Financial Instruments: Recognition and measurement) (alteração):** Clarifica que não há necessidade de descontinuar o hedge accounting no caso de novação do contrato de derivativo vinculado ao hedge desde que sejam atingidas certas condições. • **IAS 32 – Instrumentos financeiros: Apresentação (Financial Instruments: Presentation) (alteração):** Clarifica as condições para apresentação de um ou mais instrumentos Financeiros pelo líquido de suas posições. • **IFRS12 – Divulgação de participações em outras entidades (Disclosure of interests in other entities) (alteração):** Introduz alterações nas regras de consolidação, divulgação e apresentação de demonstrações separadas para as empresas de investimento. • **IFRIC 21 – Taxas governamentais (Levies) (nova interpretação):** Introduz guia de quando reconhecer uma taxa imposta por ente governamental. **Aplicáveis em ou a partir de 01 de janeiro de 2015:** O IASB suprimiu a data de início de vigência da norma IFRS 9, prevista para 01/01/2015, e ainda não anunciou a nova data. Apenas, informou que não será antes de 01/01/2017. • **IFRS 9 (novo pronunciamento):** Introduz novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros. • **IFRS 9 e 7 (alterações):** Modificações às IFRS 9 e IFRS 7 sobre data de aplicação mandatória da IFRS 9 e divulgações de transição. A Companhia está procedendo sua análise sobre os impactos dessas novas normas ou alteração em suas demonstrações financeiras. • **Receita Federal do Brasil (RFB).** Em 11/11/2013 foi publicada a Medida Provisória 627 que traz alterações na legislação tributária federal e tem por objetivo harmonizar as regras que regem os tributos federais com os novos critérios e procedimentos contábeis implantados pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009 (normas contábeis internacionais – IFRS). Consequentemente o Regime Tributário de Transição (RTT) será extinto. A norma entra em vigor a partir de 01/01/2015 com a opção de adoção antecipada já a partir de 01/01/2014. A Companhia avaliou a norma e seus impactos em todas as empresas que fazem parte do conjunto de empresas que formam a SulAmérica e concluiu que não há efeitos relevantes e que irá adotar a norma a partir de 01/01/2015 (inclusive) e não antecipadamente. **4. Gestão de riscos.** A gestão de riscos corporativos na SulAmérica está baseada nas melhores práticas definidas em COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e Solvência II. O Conselho de Administração executa a atividade de supervisão do gerenciamento de riscos da organização, aprovando o apetite a riscos recomendado pelo Comitê de Riscos (CoR). O CoR tem a responsabilidade de periodicamente rever as estratégias globais dos negócios para entender e administrar os riscos relevantes, dentro das preferências, tolerâncias e limites definidos. Os direcionamentos estabelecidos são aplicados em cada unidade de negócio (Business Unit - BU), que deverão apoiar a filosofia da gestão de riscos, administrando-os dentro de suas esferas de responsabilidades. Esse apoio possibilitará que os demais níveis gerenciais conheçam e utilizem esses limites aos riscos de acordo com as políticas e normas estabelecidas. **4.1. Riscos de concentração das operações:** A Companhia possui operações em todo o território nacional. As linhas de produtos estão concentradas no estado de São Paulo. A tabela abaixo mostra a concentração dos prêmios de seguro por unidade da federação.

	Representatividade	
	2013	2012
SP.....	70,9%	24,4%
RJ.....	9,3%	12,1%
BA.....	6,2%	32,7%
PE.....	4,9%	8,0%
DF.....	1,8%	2,8%
Outros.....	6,9%	20,0%
	100,0%	100,0%

4.2. Descrição e gestão dos riscos nas operações: O Gerenciamento de Riscos Corporativos abrange as seguintes categorias de risco: crédito, mercado, subscrição, operacional, estratégico e legal e compliance. **4.2.1. Risco de crédito:** • **Aplicações financeiras:** Os investimentos em crédito privado são realizados de acordo com o definido na política de investimentos da organização e após análises internas do Comitê de Crédito que avalia o risco de cada emissor. Os gráficos a seguir apresentam a classificação dos investimentos por categoria de risco. Verifica-se que 98,0% do total de aplicações financeiras em 31/12/2013 (99,2% em 2012), estão alocados nas classes AAA ou risco soberano (títulos públicos). Os investimentos contemplam: saldos em conta corrente, operações compromissadas, contas a receber e contas a pagar dos fundos de investimentos exclusivos. Estes investimentos estão apresentados nas rubricas “Caixa e equivalentes de caixa”, “Títulos e créditos a receber” e “Outras contas a pagar” respectivamente.



• **Operações de seguro.** A gestão do risco de crédito também leva em consideração, no monitoramento da inadimplência, o acompanhamento da redução ao valor recuperável (impairment) dos prêmios a receber (ver informação adicional na nota 6.2). **4.2.2. Risco de mercado:** O gerenciamento de ativos e passivos (ALM) é utilizado pela SulAmérica como uma das principais ferramentas para determinar os parâmetros das alocações de seus investimentos, em especial na carteira de provisão técnica. Para controle, avaliação e acompanhamento do risco de mercado das carteiras, são utilizados o VaR Paramétrico e o stress testing. Em decorrência dos riscos analisados no processo de ALM, está demonstrada a seguir a distribuição dos seus investimentos por indexador em 31/12/2013 e 2012, contemplando os saldos depositados em conta corrente, as operações compromissadas e o contas a pagar e a receber dos fundos de investimentos exclusivos.



• **Risco de liquidez.** As tabelas a seguir apresentam as expectativas de vencimentos e pagamentos dos principais ativos e passivos financeiros e de seguros nas datas de 31/12/2013 e 2012:

Descrição	Até 02 anos ou sem vencimento			Mais de 02 anos e até 05 anos			Mais de 05 anos e até 10 anos			Mais de 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou (perda) Outras	Valor contábil
	Até 02 anos ou sem vencimento	Mais de 02 anos e até 05 anos	Mais de 05 anos e até 10 anos	Até 02 anos ou sem vencimento	Mais de 02 anos e até 05 anos	Mais de 05 anos e até 10 anos	Até 02 anos ou sem vencimento	Mais de 02 anos e até 05 anos	Mais de 05 anos e até 10 anos					
Instrumentos financeiros														
Aplicações financeiras	1.241.314	530.022	151.014	401	1.922.751	1.926.782	4.031	-	1.926.782					
Valor justo por meio do resultado.....	340.070	-	-	-	340.070	340.070	-	-	340.070					
Disponível para venda.....	901.244	530.022	151.014	401	1.582.681	1.586.712	4.031	-	1.586.712					
Refinanciamento fiscal - REFIS	26.536	5.188	-	-	31.724	-	-	-	31.724					
Passivos de seguros (1)	1.290.894	15.353	-	-	-	-	3.811	-	1.310.058					
									2012					
Instrumentos financeiros														
Aplicações financeiras	325.658	124.016	18.123	357	468.154	478.011	9.857	-	478.011					
Valor justo por meio do resultado.....	83.963	2.517	893	-	87.373	87.374	1	-	87.374					
Disponível para venda.....														

Premissas	2013
Aumento de 1% na sinistralidade	Impacto (55.643)
Aumento de 1% nas despesas administrativas	(3.987)
Aumento de 1% nas despesas de comercialização	(3.435)

Premissas	2012
Aumento de 1% na sinistralidade	Impacto (12.492)
Aumento de 1% nas despesas administrativas	(883)
Aumento de 1% nas despesas de comercialização	(219)

• **Risco na provisão:** Além dos critérios definidos em legislação, as metodologias aplicadas para a constituição das provisões técnicas nas operações de seguros são, na sua grande maioria, baseadas em métodos usualmente adotados pela comunidade atuarial internacional, adaptadas para refletirem a realidade da Companhia. **4.2.4. Risco operacional:** • **Gestão dos riscos operacionais:** O processo de identificação dos riscos operacionais é realizado através do mapeamento dos macroprocessos organizacionais e com o uso de dicionário específico envolvendo os gestores da organização. Para a quantificação destes riscos, são utilizadas auto avaliações além de insumos oriundos de uma base de perdas operacionais. Todo o processo é realizado de forma sistemática e atualizado semestralmente gerando insumos para a área de gestão de riscos corporativos, controles internos e auditoria interna. Através destes insumos os macroprocessos são avaliados de acordo com o apetite a riscos estabelecidos e planos de ação são determinados para os casos identificados com risco alto. • **Continuidade de negócios:** O risco de continuidade de negócios é mitigado através de um plano de ação tratado corporativamente e através de ferramentas e metodologias que visam prever o funcionamento das atividades essenciais em momentos de crise, evitando e minimizando perdas financeiras para a SulAmérica e seus segurados. **4.2.5. Risco estratégico:** A SulAmérica possui um Comitê de Avaliação de Planos de Ação (COPA), com participação de sua Alta Administração, com reuniões periódicas para avaliar e aprovar todo e qualquer plano de ação proposto, por qualquer unidade de negócio, que implique em investimentos ou despesas adicionais. Estes investimentos e despesas devem ser aprovados de acordo com o orçamento aprovado para o ano. Adicionalmente, para assegurar que os objetivos determinados no planejamento estratégico sejam alcançados, foi adotado pela SulAmérica um modelo de gestão – o Balanced ScoreCard (BSC) – que traduz a estratégia utilizando perspectivas, objetivos, indicadores e metas. Este modelo visa acompanhar no curto prazo o direcionamento do negócio no longo prazo, permitindo assim antecipar possíveis distorções de rumo. **4.2.6. Risco legal e compliance:** Com uma visão corporativa, o departamento jurídico da organização junto com seus prestadores de serviço realiza a revisão nos contratos de seguros a fim de mitigar o risco legal de contratos, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais da organização. A área jurídica contribui ativamente com projetos para melhoria de gestão das causas judiciais além de sugestões de como evitar riscos legais nas operações. A SulAmérica instituiu uma estrutura de compliance e a figura dos gestores compliance, a fim de adequar as suas atividades às determinações dos órgãos regulamentadores

5. Aplicações:						2013
5.1. Composição das aplicações						
Descrição	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda		Taxa média de juros	Total	
	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor mercado/contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor mercado/contábil		
Títulos de renda fixa - Privados	-	-	520.374	527.203		527.203
Certificados de depósito bancário	-	-	-	-	-	-
Pós-fixado IPCA	-	-	123.586	129.325	IPCA +7,97% a.a.	129.325
Depósito a prazo com garantia especial do FGC	-	-	-	-	-	-
Pós-fixado CDI	-	-	59.254	59.427	112,88% CDI	59.427
Pós-fixado IPCA	-	-	17.352	17.700	IPCA +7,6% a.a.	17.700
Debêntures	-	-	-	-	-	-
Pós-fixado CDI	-	-	15.811	15.811	108,89% CDI	15.811
Pós-fixado IPCA	-	-	7.600	6.982	IPCA +5% a.a.	6.982
Letras financeiras	-	-	296.440	297.627	111,06% CDI	297.627
Outros	-	-	331	331	CDI	331
Títulos de renda fixa - Públicos	-	-	1.062.307	1.059.509		1.059.509
Letras financeiras do tesouro	-	-	727.949	727.831	SELIC	727.831
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-
Pré-fixado	-	-	3.408	3.340	8,48% a.a.	3.340
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-
Série B - Pós-fixado IPCA	-	-	330.950	328.338	IPCA +5,22% a.a.	328.338
Quotas de fundos de investimentos	340.070	340.070	-	-		340.070
Quotas de fundos de investimentos não exclusivos	317.994	317.994	-	-		317.994
Quotas de fundos de investimentos não exclusivos em ações	22.076	22.076	-	-		22.076
Subtotal	340.070	340.070	1.582.681	1.586.712		1.926.782
Percentual de participação nas aplicações		17,6%		82,4%		100%
Outras aplicações						2.011
Total						1.928.793
Circulante						1.926.451
Não circulante						2.342

						2012
Descrição	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda		Taxa média de juros	Total	
	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor mercado/contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor mercado/contábil		
Títulos de renda fixa - Privados	-	-	70.460	77.415		77.415
Certificados de depósito bancário	-	-	-	-	-	-
Pós-fixado CDI	-	-	3.077	3.079	109,23%CDI	3.079
Pós-fixado IPCA	-	-	37.594	43.197	IPCA +7,98%a.a.	43.197
Depósito a prazo com garantia especial do FGC	-	-	-	-	-	-
Pós-fixado IPCA	-	-	15.240	16.492	IPCA +7,6%a.a.	16.492
Debêntures	-	-	-	-	-	-
Pós-fixado CDI	-	-	9.154	9.245	103,84%CDI	9.245
Letras financeiras	-	-	5.067	5.074	111,5%CDI	5.074
Outros	-	-	328	328	CDI	328
Títulos de renda fixa - Públicos	-	-	310.321	313.222		313.222
Letras financeiras do tesouro	-	-	230.388	230.358	SELIC	230.358
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-
Série B - Pós-fixado IPCA	-	-	79.933	82.864	IPCA +3,07%a.a.	82.864
Quotas de fundos de investimentos	87.373	87.374	-	-		87.374
Quotas de fundos de investimentos não exclusivos	70.245	70.245	-	-		70.245
Quotas de fundos de investimentos exclusivos	17.128	17.129	-	-		17.129
Letras financeiras do tesouro	3.410	3.411	-	-	SELIC	3.411
Operações compromissadas	13.707	13.707	-	-		13.707
Outros	11	11	-	-		11
Subtotal	87.373	87.374	380.781	390.637		478.011
Percentual de participação nas aplicações		18,3%		81,7%		100%
Outras aplicações						980
Total						478.991
Circulante						477.682
Não circulante						1.309

5.2. Movimentação das aplicações			
	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Saldo em 01/01/2012	182.579	389.189	571.768
Aplicações	836.355	274.834	1.111.189
Rendimento resgate	(10.892)	(43.219)	(54.111)
Principal resgate	(929.324)	(271.506)	(1.200.830)
Resultado financeiro	8.652	35.122	43.774
Outros recebimentos e pagamentos líquidos	4	-	4
Ajuste a valor de mercado	-	6.217	6.217
Saldo em 31/12/2012	87.374	390.637	478.011
	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Saldo em 31/12/2012	87.374	390.637	478.011
Incorporação do saldo da SAÚDE	268.587	1.163.537	1.432.124
Aplicações	3.491.923	1.712.325	5.204.248
Rendimento resgate	(17.958)	(81.365)	(99.323)
Principal resgate	(3.497.973)	(1.682.622)	(5.180.595)
Resultado financeiro	7.341	107.256	114.597
Outros recebimentos e pagamentos líquidos	776	-	776
Ajuste a valor de mercado	-	(23.056)	(23.056)
Saldo em 31/12/2013	340.070	1.586.712	1.926.782

5.3. Análise de sensibilidade das aplicações: As análises de sensibilidade das aplicações foram elaboradas considerando: (i) a metodologia de VaR Paramétrico que utiliza nível de confiança de 95% e ponderação maior para os retornos mais recentes. O conceito de VaR tem como objetivo, quantificar qual a perda esperada em um prazo específico dentro de um intervalo de confiança. É denominado VaR paramétrico por utilizar dois parâmetros para ser quantificado: volatilidade e correlação. São avaliados também os prazos de maturidade e duration nos quais cada ativo pode estar alocado. Diariamente, a carteira de investimentos é monitorada visando garantir que os limites e enquadramentos definidos sejam respeitados; e (ii) DV01 (dolar-value ou value for one basis-point), medida internacionalmente conhecida, que é uma forma conveniente e amplamente utilizada de se mensurar o risco de mercado dos ativos de renda fixa verificando o quanto seu valor de mercado se altera (ΔP) na oscilação de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros. As tabelas abaixo apresentam o cálculo do ganho ou perda esperada em um dia no resultado através da metodologia VaR e o ganho ou perda com a variação de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros pela metodologia DV01.

Fatores de risco	2013
Pré-fixado	Var95% 2
IPCA	682
Renda Variável	146
Outros	(146)
Total	684
Fatores de risco	2012
IPCA	258
Outros	(2)
Total	256

Os ativos referenciados a CDI e SELIC não apresentam DV01 devido a effective duration ser de apenas 1 dia útil. Em relação ao VaR, tais fatores de risco não apresentaram resultados significativos devido a sua baixa volatilidade (inferiores a RS1). **5.4. Critérios adotados na determinação dos valores de mercado:** Os ativos mantidos em carteira ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e pela BM&FBOVESPA, exceto para os títulos classificados

e fiscalizadores, através de uma sólida cultura de controles internos, elevados padrões de integridade e excelência ética e aderência à legislação. Os gestores compliance têm por função disseminar a metodologia e as determinações de compliance em suas áreas, garantindo a efetividade do gerenciamento dos riscos, através de algumas etapas básicas que consistem no detalhamento das atividades chaves e seus processos, identificação de riscos e controles e criação de planos de ação. (i) **Auditoria interna:** Responsável por planejar e coordenar os trabalhos de auditoria preventiva (operacional e sistemas). Certifica a existência de adequados controles internos operacionais e sistêmicos que permitem a identificação e gerenciamento dos riscos presentes no cotidiano da SulAmérica, bem como a aderência às normas e à legislação em vigor.

4.3. Gestão do capital: A Companhia apura mensalmente a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) em relação ao capital regulatório requerido. Durante os anos de 2013 e 2012, o PLA da Companhia foi sempre suficiente em relação ao capital mínimo requerido pelo regulador. A SulAmérica possui modelos internos próprios para apuração do capital econômico para cada tipo de negócio e risco, observando, desta forma, independente do capital regulatório, sua própria estimativa de capital baseado em riscos. Através destes modelos internos são obtidos mensalmente métricas de retorno sobre o capital para auxílio na gestão dos negócios. Os modelos são periodicamente revisados e calibrados pela equipe de modelagem e gestão de riscos da SulAmérica. A tabela abaixo demonstra a adequação do PLA da Companhia:

Descrição	2013	2012
Patrimônio líquido *	2.622.435	2.307.013
Adições		
Obrigações legais	581.193	320.621
Deduções		
Participações diretas ou indiretas em empresas reguladas pela ANS, SUSEP e BACEN atualizadas pela efetiva equivalência patrimonial ..	(955.295)	(1.805.601)
Despesas de comercialização diferida	(274.379)	(24.458)
Despesas antecipadas	(1.974)	(470)
Intangível	(48.179)	(8.764)
Patrimônio líquido ajustado	1.923.801	788.341
0,20 dos prêmios retidos - Média anual dos 12 últimos meses	1.567.564	308.755
0,33 dos sinistros retidos - Média anual dos 36 últimos meses	1.836.895	429.829
Solvência (a)	1.694.653	419.828
Suficiência	229.148	368.513

* Como se trata de exigência regulatória o patrimônio líquido para fins de PLA é aquele apurado na data base. O Patrimônio líquido em 31/12/2012 da demonstração financeira à qual essas notas explicativas fazem parte é reclassificado para espelhar a comparabilidade, por mudança de práticas contábeis exigidas pelo órgão regulador. (a) A Companhia considera o diferimento da margem de solvência, calculado com base na Resolução Normativa Nº 313/2012.

Nível 2: • **Títulos de renda fixa - Públicos:** Calculados com base nas tabelas de preços unitários de mercado secundário da ANBIMA; • **Certificados de depósito bancário (CDB) e Letras financeiras (LF):** Calculados de acordo com suas características de resgate: (i) CDBs com cláusula de resgate antecipado a taxa determinada; calculados com base na taxa contratada na operação; (ii) CDBs sem cláusula de resgate antecipado e com cláusula de resgate antecipado a taxa de mercado; são calculados com base na curva proveniente dos futuros de DI da BM&FBOVESPA, e para o spread de crédito, pelo conjunto formado pelas operações de CDBs das carteiras/fundos administrados no qual o banco custodiante presta serviço de precificação de ativos; • **Depósito a prazo com garantia especial (DPGE):** São títulos pós-fixados em CDI, SELIC ou índices de inflação, calculados considerando a taxa de mercado do indexador e o spread de crédito, formado pelo conjunto das operações de DPGE das carteiras/fundos administrados no qual o banco custodiante presta serviço de precificação de ativos; • **Debêntures:** Calculados com base nas tabelas de preços unitários (para títulos públicos) de mercado secundário da ANBIMA ou, no caso de sua inexistência, por critérios definidos pelo banco custodiante de acordo com os critérios de precificação definidos em seu manual de marcação a mercado; • **Quotas de fundos de investimentos:** Calculados de acordo com os critérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada, exceto para os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento, que são calculados pelos indexadores pactuados, acrescidos dos juros incorridos. A estimativa utilizada pela Companhia para apurar o valor de mercado dos demais saldos das contas a receber e a pagar contabilizados no circulante e não circulante aproximam-se dos seus correspondentes valores de realização e exigibilidade, respectivamente, devido ao vencimento em curto prazo desses instrumentos. Em 2013 e 2012 não ocorreram transferências de instrumentos financeiros entre níveis de hierarquia.

Descrição	2013	2012
Ativos financeiros	Nível 2	Nível 2
Valor justo por meio do resultado	340.070	87.374
Disponível para venda	1.586.712	390.637
Total	1.926.782	478.011
6. Créditos de operações com planos de assistência a saúde: 6.1. Movimentação de prêmios a receber: Os prêmios a receber contemplam os prêmios de emissão direta, mensurados ao custo amortizado. A Companhia, basicamente, fatura mensalmente de instrumentos financeiros entre níveis		
Descrição	Prêmios recuperável	Total
Saldo em 01/01/2012	41.252	(28.863)
Alteração de práticas contábeis	21.262	-
Saldo ajustado em 01/01/2012	62.514	(28.863)
Prêmios Emitidos, Líquidos de cancelamento/Constituição	1.574.668	(15.473)
Recebimentos / Reversão	(1.567.292)	6.473
Saldo em 31/12/2012	69.890	(37.863)
Circulante		32.027

Descrição	Prêmios recuperável	Total
Saldo em 31/12/2012	69.890	(37.863)
Incorporação do saldo da SAÚDE	198.435	(92.904)
Prêmios Emitidos, Líquidos de cancelamento/Constituição	6.293.328	(55.057)
Recebimentos / Reversão	(6.220.577)	20.288
Saldo em 31/12/2013	341.076	(165.536)
Circulante		175.540

6.2. Prêmios a receber por vencimento: Os prêmios a receber por vencimento, nas datas a seguir indicadas, estão distribuídos da seguinte forma:

Descrição	2013	2012
A vencer		
A vencer entre 1 e 30 dias	76.562	-
A vencer entre 31 e 60 dias	2.172	-
A vencer entre 61 e 180 dias	5.611	-
A vencer entre 181 e 365 dias	7.696	-
	92.041	-
Redução ao valor recuperável	(6.597)	-
Total a vencer	85.444	-

Vencidos		
Vencidos entre 1 e 30 dias	85.392	29.457
Vencidos entre 31 e 60 dias	16.728	5.804
Vencidos entre 61 e 180 dias	24.880	4.894
Vencidos entre 181 e 365 dias	25.370	5.476
Vencidos acima de 365 dias	96.665	24.259
	249.035	69.890
Redução ao Valor Recuperável	(158.939)	(37.863)
Total vencidos	90.096	32.027
Total prêmios a receber	341.076	69.890
Redução ao Valor Recuperável (a)	(165.536)	(37.863)
Total	175.540	32.027

(a) A redução ao valor recuperável é constituída com base nos prêmios vencidos e a vencer, sendo que nos planos individuais, os contratos com pelo menos uma parcela vencida há mais de sessenta dias, são provisionados em sua totalidade. Para os demais planos, a totalidade das parcelas é provisionada quando os contratos possuem pelo menos uma parcela vencida há mais de noventa dias.

7. Despesas de comercialização diferidas - Movimentação			
	Seguro Direto	Cosseguro cedido	Total
Saldo em 01/01/2012	44.440	-	44.440
Amortização	(19.982)	-	(19.982)
Saldo em 31/12/2012	24.458	-	24.458
Circulante	3.590	-	3.590
Não circulante	20.868	-	20.868

	Seguro Direto	Cosseguro cedido	Total
--	----------------------	-------------------------	--------------

(a) Refere-se aos créditos tributários de Programa de Integração Social (PIS) e COFINS, calculados sobre o saldo das provisões de sinistros a liquidar e de sinistros ocorridos e não avisados; (b) Corresponde ao provisionamento dos tributos (IRPJ e CSLL) que incidirão sobre a atualização monetária dos depósitos judiciais, os quais somente serão devidos caso seja obtido êxito no desfecho final dos processos judiciais em curso. Os referidos valores estão contabilizados na rubrica "Provisões para tributos diferidos" no passivo não circulante. A Companhia possui créditos de IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias que não foram registrados contabilmente, cujas bases de cálculo somam em 31/12/2013 R\$4.762 (R\$31.639 em 31/12/2012) e totalizam créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos no montante

10. Participações societárias:

A seguir, os investimentos da Companhia, que em abril de 2013 incorporou a SAUDE e, por isso, modificou sua posição de investimentos, conforme nota 1.1:

	SANTA CRUZ (1)	SAUDE (2)	NOVA SULAMED (3)	SULASAUDE (4)	SULASEG (5)	SAMI (6)	ODONTO (7)	SUL-DENTAL PLAN (8)	TOTAL
Saldo em 01/01/2012	74.762	1.191.600	1.552	35.748	256.949	41.880	1.028	33.494	1.637.013
Alteração de práticas contábeis.....	(102)	(50)	-	-	8.675	-	-	-	8.523
Saldo ajustado em 01/01/2012	74.660	1.191.550	1.552	35.748	265.624	41.880	1.028	33.494	1.645.536
Aumento de capital (b).....	-	-	-	-	-	-	34.251	-	34.251
Baixa.....	-	-	-	-	-	-	-	(34.251)	(34.251)
Dividendos e juros sobre capital próprio.....	(505)	(106.900)	(16)	-	(14.994)	(11.345)	(104)	(574)	(134.438)
Equivalência patrimonial (a).....	2.125	279.022	66	(959)	60.754	16.166	435	1.331	358.940
Ajustes de avaliação patrimonial.....	67	11.701	-	432	5.148	(22)	-	-	17.326
Saldo em 31/12/2012	76.347	1.375.373	1.602	35.221	316.532	46.679	35.610	5.000	1.887.364
Aumento de capital (b).....	119.925	-	-	-	-	-	-	-	124.925
Incorporação.....	283.687	(1.401.078)	83.187	47.031	70.805	-	-	-	(916.368)
Dividendos e juros sobre capital próprio.....	(11.856)	-	(1.091)	(11.033)	-	(14.977)	(1.693)	-	(40.650)
Equivalência patrimonial (a).....	44.840	32.526	1.540	49.946	(3.943)	14.561	7.134	-	146.604
Ajustes de avaliação patrimonial.....	(36.880)	(6.821)	-	(952)	(16.948)	(2)	-	-	(61.603)
Saldo em 31/12/2013	476.063	-	85.238	120.213	366.446	46.261	46.051	-	1.140.272

	SANTA CRUZ (1)	NOVA SULAMED (3)	SULASAUDE (4)	SULASEG (5)	SAMI (6)	SULODONTO (7)	TOTAL
Ativo.....	664.905	134.979	428.056	5.095.286	90.517	59.129	11.407.857
Passivo.....	188.842	49.741	307.509	4.731.781	44.256	13.078	10.305.207
Patrimônio líquido.....	476.063	85.238	120.547	363.505	46.261	46.051	1.047.655
Receita líquida.....	-	632.461	539.842	433.205	3.886	32.178	1.607.568
Lucro (prejuízo) líquido do exercício.....	49.927	4.593	46.464	(10.925)	14.561	7.134	96.254
Percentual de participação (%).....	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Valor contábil do investimento.....	476.063	85.238	120.213	366.446	46.261	46.051	1.140.272
Quantidade de ações ordinárias.....	7.269	2.494.197.630	4.628	29.630.261	17.166.836	40.894.358	2012

	SANTA CRUZ (1)	NOVA SULAMED (3)	SULASAUDE (4)	SULASEG (5)	SAMI (6)	SULODONTO (7)	TOTAL
Ativo.....	490.080	2.946.249	127.221	183.929	4.879.885	85.774	41.855
Passivo.....	135.033	1.570.876	45.485	97.611	4.487.968	39.095	6.245
Patrimônio líquido.....	355.047	1.375.373	81.736	86.318	391.917	46.679	35.610
Receita líquida.....	-	5.431.157	581.025	278.728	548.318	4.107	6.767
Lucro (prejuízo) líquido do exercício.....	9.887	279.022	3.345	(2.008)	75.361	16.166	435
Percentual de participação (%).....	21,525%	100%	1,9594%	40,9592%	80,6172%	100%	100%
Valor contábil do investimento.....	76.347	1.375.373	1.602	35.221	316.532	46.679	35.610
Quantidade de ações ordinárias.....	1.180	14.466.477	48.871.842	1.896	23.887.089	17.166.836	35.902.226

(a) No exercício findo em 31/12/2013, a equivalência patrimonial de R\$146.604 (R\$358.940 em 2012), está registrada na rubrica "Resultado patrimonial" que contempla também, outras receitas e despesas patrimoniais de R\$757 (R\$7 em 2012); (b) Em 15/07/2013, a Companhia aumentou o capital da SANTA CRUZ com a emissão de 738 novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$67.696,0164994528 por ação, totalmente subscritas e integralizadas pela Companhia. Adicionalmente, em 26/11/2013, a Companhia aumentou novamente o capital da referida investida com a emissão de 1.050 novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$66.633,5253360129 por ação, totalmente subscritas e integralizadas pela Companhia. Em 28/03/2013, a Companhia aumentou o capital da SULODONTO com a emissão de 4.992.133 novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1.0015758490852 por ação, totalmente subscritas e integralizadas pela Companhia. Em 31/05/2012, a Companhia aumentou o capital da SULODONTO com a transferência de 99,99% do capital da DENTAL PLAN, que era de sua propriedade, representado por 1.347.619 quotas, no valor de R\$3.920 e do ágio no valor de R\$30.300, totalizando um aumento no capital social de R\$34.220, com a emissão de 34.870.474 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$0,98134653 por ação, totalmente subscritas e integralizadas pela Companhia; (c) Em 2012, a Companhia possuía influência significativa na NOVA SULAMED, com representação no Conselho de Administração e participação nos processos decisórios. Por isso, mesmo detendo menos de 20% dos direitos de voto, este investimento é classificado como uma coligada.

Legenda:

- (1) SANTA CRUZ: Sul América Santa Cruz Participações S.A.
- (2) SAUDE: Sul América Seguro Saúde S.A.
- (3) NOVA SULAMED: Sul América Serviços de Saúde S.A.
- (4) SULASAUDE: Sul América Saúde Companhia de Seguro
- (5) SULASEG: Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A.
- (6) SAMI: Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
- (7) SULODONTO: Sul América Odontológico S.A.
- (8) DENTAL PLAN: Dental Plan LTDA.

A SAUDE, incorporada pela Companhia, a NOVA SULAMED, a SULASAUDE, a SULODONTO e a DENTALPLAN, incorporada pela SULODONTO, são operadoras de planos de saúde e estão sujeitas à avaliação pelo método de equivalência patrimonial. **10.1. Aquisição da Sul América Capitalização S.A. - SULACAP:** Em 10/04/2013, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da SASA a aquisição da totalidade da participação detida pela Saspar Participações S.A. (SASPAR) no capital social da Sul América Capitalização S.A. - SULACAP, equivalente a 83,27% do seu capital social e votante pela controlada SANTA CRUZ, pelo preço base de R\$149 milhões, podendo esse valor ser incrementado em até R\$136 milhões, desde que satisfetidas determinadas condições previstas em contrato. O acionista majoritário, controlador indireto da SULASAPAR e da SASA (controladora indireta da Companhia) e, ao mesmo tempo, da SASPAR, parte vendedora, se declararam impedidos e se abstiveram de votar na referida assembleia. Os administradores da SASA, presentes à assembleia também se declararam impedidos e se abstiveram de votar. A aquisição foi concluída em 25/04/2013 (data de fechamento) com o implemento das condições precedentes previstas no contrato, firmado em 28/05/2012 e aditado em 18/03/2013 e visou adicionar uma nova linha de negócios à carteira de produtos e serviços da Sul América. A operação foi registrada na controlada SANTA CRUZ.

11. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde:

	2013				
	Provisão para prêmios ou contribuições não ganhos	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	Provisão para prêmios ou contribuições não ganhos	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	Total
Ramo					
Saúde individual.....	72.650	200.731	85.824	3.454	362.659
Saúde grupal.....	43.914	580.033	287.561	28.653	940.161
Odontológico.....	708	768	5.762	-	7.238
Total	117.272	781.532	379.147	32.107	1.310.058
Circulante	117.272	761.878	379.147	15.074	1.273.371
Não circulante	-	19.654	-	17.033	36.687

	2012				
	Provisão para prêmios ou contribuições não ganhos	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	Provisão para prêmios ou contribuições não ganhos	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	Total
Ramo					
Saúde grupal.....	-	118	335	-	453
Saúde individual.....	69.678	173.722	105.368	3.300	352.068
Total	69.678	173.840	105.703	3.300	352.521
Circulante	69.678	165.126	105.703	919	341.426
Não circulante	-	8.714	-	2.381	11.095

12. Partes relacionadas: 12.1. Transações: As principais transações com partes relacionadas estão resumidas a seguir:

Descrição	Categoria	Controladora		Passivo		Receita		Despesa	
		2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Sul América S.A. (a) (b) (c) (d).....	Controladora indireta	-	-	41.893	30.656	-	-	-	-
Saepar Serviços e Participações S.A. (a) (b) (d).....	Controladora indireta	762	22	4.669	5.087	-	37	-	(7)
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (b) (h) (i).....	Controlada	3.458	3.839	319	90	157	99	(3.027)	(932)
Sul América Seguro Saúde S.A. (a) (b) (d).....	Controlada	-	67.208	-	33	-	-	-	(196)
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (b) (d) (f) (g).....	Controlada	5.827	20.500	40	-	-	58	(641)	(172)
Sul América Companhia Nacional de Seguros (a) (b) (d) (h).....	Controladora direta	-	17	63.851	60.584	-	17	(16.816)	(7.784)
Sul América Saúde Companhia de Seguro (b) (d) (k).....	Controlada	13.711	-	53.832	-	95.603	-	(294.337)	-
Sul América Santa Cruz Participações S.A. (b).....	Controlada	11.856	505	-	-	-	-	-	-
Sul América Serviços de Saúde S.A. (b) (d) (e).....	Controlada	1.091	29	2.245	-	-	21	(4.062)	(477)
Sul América Odontológico S.A. (b) (d).....	Controlada	1.702	103	-	-	-	-	-	-
J.H. Gouveia Vieira Escritório de Advocacia (j).....	Outros	-	-	-	-	-	-	(4.158)	(2.153)
Gouveia Vieira Advogados Associados (j).....	Outros	-	-	-	-	-	-	(1.454)	(853)
Gouveia Vieira Advocacia (j).....	Outros	-	-	-	-	-	-	(7)	(352)
Demais empresas associadas e acionistas pessoas físicas (h).....	Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Total		38.407	92.223	166.849	96.450	95.760	236	(324.502)	(12.926)

(a) Valor referente aos juros sobre o capital próprio a serem distribuídos ou a receber entre acionistas, titulares ou sócios; (b) Valor referente aos dividendos a serem distribuídos ou a receber entre acionistas, titulares ou sócios; (c) Valor referente ao reembolso das controladas que pagaram seus executivos com plano geral de compras de ações (stock options) de emissão da Companhia; (d) Valor referente às transações em conta corrente entre empresas do grupo, referente basicamente, as operações com seguro e reembolso de despesas administrativas; (e) Valor referente ao benefício do plano de saúde a funcionários e dirigentes; (f) Valor referente ao plano de previdência complementar oferecido a todos os colaboradores; (g) Valor referente ao seguro de vida grupal oferecido a todos os colaboradores; (h) Valor referente ao reembolso de aluguel de imóveis; (i) Valor referente à taxa de administração por serviços de gestão de ativos; (j) Valor referente aos serviços prestados de consultoria e acompanhamento dos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária. Estes contratos são renovados anualmente e liquidados mensalmente; (k) Valor referente ao cosseguro

de R\$7.427 (R\$5.886 em 31/12/2012). Estes créditos não vêm sendo reconhecidos em virtude de não haver expectativas de realização destes valores dentro do prazo previsto pelos órgãos reguladores em 31/12/2013. **9. Bens e títulos a receber**

Descrição	2013	2012
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber.....	29.132	85.836
Recursos bloqueados (Nota 13.1).....	31.496	18.077
Adiantamento a prestadores de serviços de saúde.....	3.856	1.875
Outros.....	9.946	2.745
Total	74.430	108.533
Circulante	74.430	108.533

	SANTA CRUZ (1)	NOVA SULAMED (3)	SULASAUDE (4)	SULASEG (5)	SAMI (6)	SULODONTO (7)	TOTAL
Ativo.....	490.080	2.946.249	127.221	183.929	4.879.885	85.774	41.855
Passivo.....	135.033	1.570.876	45.485	97.611	4.487.968	39.095	6.245
Patrimônio líquido.....	355.047	1.375.373	81.736	86.318	391.917	46.679	35.610
Receita líquida.....	-	5.431.157	581.025	278.728	548.318	4.107	6.767
Lucro (prejuízo) líquido do exercício.....	9.887	279.022	3.345	(2.008)	75.361	16.166	435
Percentual de participação (%).....	21,525%	100%	1,9594%	40,9592%	80,6172%	100%	100%
Valor contábil do investimento.....	76.347	1.375.373	1.602	35.221	316.532	46.679	35.610
Quantidade de ações ordinárias.....	1.180	14.466.477	48.871.842	1.896	23.887.089	17.166.836	35.902.226

	SANTA CRUZ (1)	NOVA SULAMED (3)	SULASAUDE (4)	SULASEG (5)	SAMI (6)	SULODONTO (7)	TOTAL
Ativo.....	490.080	2.946.249	127.221	183.929	4.879.885	85.774	41.855
Passivo.....	135.033	1.570.876	45.485	97.611	4.487.968	39.095	6.245
Patrimônio líquido.....	355.047	1.375.373	81.736	86.318	391.917	46.679	35.610
Receita líquida.....	-	5.431.157	581.025	278.728	548.318	4.107	6.767
Lucro (prejuízo) líquido do exercício.....	9.887	279.022	3.345	(2.008)	75.361	16.166	435
Percentual de participação (%).....	21,525%	100%	1,9594%	40,9592%	80,6172%	100%	100%
Valor contábil do investimento.....	76.347	1.375.373	1.602	35.221	316.532	46.679	35.610
Quantidade de ações ordinárias.....	1.180	14.466.477	48.871.842	1.896	23.887.089	17.166.836	35.902.226

11.1. Movimentação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde:

	Provisão de sinistros a liquidar e de sinistros ocorridos	Provisão para prêmios ou contribuições não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar e de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão para prêmios ou contribuições não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar e de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Total
Saldo em 01/01/2012	67.370	262.288	2.354	67.370	262.288	2.354
Emissões.....	-	1.546.424	-	-	1.546.424	-
Avisados/ alterações.....	-	-	1.342.748	-	1.342.748	

ao Refinanciamento Fiscal - PAES, e parcelou valores devidos relativos a FINSOCIAL, COFINS e IRPJ - referente à compensação integral dos prejuízos fiscais, os quais encontravam-se em discussão nas esferas administrativa e/ou judicial. O montante das obrigações incluídas no PAES foi de R\$207.877 (líquido da redução de multa de 50% estimada em R\$12.742). O Parcelamento foi quitado em 30/06/2013. Em 31/12/2013 a Companhia aderiu ao REFIS, referente a Lei nº 12.865/2013, com o objetivo de parcelar valores relativos à CSLL, IRPJ, INSS e multas aplicadas pela ANS e ressarcimento ao SUS, que estavam em discussão nas esferas administrativas e ou judicial. O montante total das obrigações na data da adesão, incluídos nesse REFIS, foi de R\$31.724 (líquido da redução dos benefícios previstos). O parcelamento prevê o pagamento em até 30 parcelas iguais e mensais, atualizadas mensalmente com base na variação da taxa SELIC. O montante de R\$ 5.783 (líquido da redução dos benefícios) registrado no passivo circulante será pago através da conversão em renda dos depósitos judiciais registrados. Em 31/12/2013, as obrigações estão registradas na rubrica "Tributos e encargos sociais a recolher" no passivo circulante e na rubrica "Parcelamento de tributos e contribuições" no passivo não circulante, sendo R\$16.160 no passivo circulante e R\$15.564 no passivo não circulante. **16. Débitos diversos**

Descrição	2013	2012
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (Nota 17.6)....	87.333	92.904
Depósitos de beneficiários e de terceiros (a).....	10.365	1.890
Honorários a pagar.....	1.257	225
Outras obrigações com pessoal.....	63.427	9.920
Outros débitos a pagar.....	70.326	10.737
Total	232.708	115.676
Circulante	228.872	112.872
Não circulante	3.836	2.804

(a) Depósitos de terceiros: Os depósitos de terceiros referem-se, principalmente, aos prêmios recebidos cujas apólices ainda não foram emitidas e as parcelas ainda não baixadas de prêmios a receber. Sua distribuição por idade é apresentada a seguir:

Descrição	2013	2012
De 01 a 30 dias.....	8.389	468
De 31 a 60 dias.....	646	228
De 61 a 120 dias.....	375	203
De 121 a 180 dias.....	614	125
De 181 a 365 dias.....	316	276
Acima de 365 dias.....	25	590
Total	10.365	1.890

17. Patrimônio líquido: 17.1. Capital social: Em 31/12/2013, o capital social da Companhia é de R\$1.702.000 (R\$1.100.000 em 2012), constituindo-se no total de 72.107.005 (68.865.826 em 2012) ações, sendo 54.502.285 (52.103.812 em 2012) ações ordinárias e 17.604.720 (16.762.014 em 2012) ações preferenciais todas nominativas, sem valor nominal e totalmente integralizadas. Adicionalmente, a Companhia possui 20.659.939 ações em tesouraria, sendo 14.172.669 ações ordinárias e 6.487.270 ações preferenciais. Aumentos de capital social: 1) Em 28/03/2013, a Companhia aumentou seu capital em R\$482.000, sem emissão de ações, mediante a capitalização das seguintes reservas: (i) R\$34.694 referente à totalidade do saldo de Reserva Legal; (ii) R\$447.306 referente à parte do saldo da Reserva de Estatutária; 2) Em 15/07/2013, a Companhia aumentou seu capital em R\$50.000, com a emissão de 1.105.782 novas ações ordinárias e 388.518 novas ações preferenciais, todas nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$33,460482899 por ação, na data base de 30/06/2013; 3) Em 26/11/2013, a Companhia aumentou seu capital social em R\$70.000, com a emissão de 1.292.691 novas ações ordinárias e 454.188 novas ações preferenciais, todas nominativas, sem valor nominal ao preço de emissão de R\$40,0714298055 por ação, na data base de 31/10/2013. De acordo com o estatuto, são assegurados aos acionistas dividendos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em consonância com a legislação em vigor. As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo-lhes asseguradas

a percepção de dividendos 10% superiores aos pagos às ações ordinárias e a prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia, sem prêmio. **17.2. Reserva de capital:** Refere-se ao ágio apurado na aquisição, em 08/07/2010, de ações representativas de 49,92% no capital da Sul América Saúde Companhia de Seguros (SULASAÚDE), atual denominação social da Brasil Saúde Companhia de Seguros pela controlada SAÚDE (incorporada pela CIA. SAÚDE), quando passou a deter a totalidade do capital da SULASAÚDE. A Companhia registrou em seu patrimônio líquido, de forma reflexa, a parcela que é proporcional a sua participação, na forma preconizada pelo parágrafo 67 do ICPC 09. **17.3. Reserva legal:** É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 10.303/2001, até o limite de 20% do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo, acrescido do montante de reservas de capital, exceder a 30% do capital social. **17.4. Reserva estatutária:** Constituída por até 71,25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, após as destinações para Reserva Legal e Dividendos não podendo exceder o montante do capital social, e tem por finalidade: (i) assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente; (ii) reforço de capital de giro, objetivando assegurar condições operacionais adequadas à realização do objeto social; e (iii) financiar operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações de emissão da Companhia. Uma vez atingido tal limite, conforme estabelecido no artigo 199 da Lei nº 6.404/1976, a Assembleia Geral, por proposta dos órgãos de Administração, deverá deliberar sobre a respectiva destinação: para capitalização ou para distribuição de dividendos aos acionistas. **17.5. Ajustes de avaliação patrimonial:** A rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" considera, conforme legislação vigente, principalmente os efeitos decorrentes dos critérios de registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda, relativos a títulos próprios e de controladas, os ganhos e perdas atuariais do plano de benefício definido próprio e de suas controladas, líquidos dos correspondentes efeitos tributários. **17.6. Distribuição do resultado**

Descrição	2013	2012
Lucro líquido do exercício ajustado	-	411.208
Alteração de práticas contábeis.....	-	2.844
Lucro antes dos impostos e participações	446.824	414.052
(-) Impostos e contribuições.....	(67.400)	(18.941)
(-) Participações.....	(11.707)	(3.935)
Lucro líquido do exercício	367.717	391.176
(-) Constituição da reserva legal (5%).....	(18.386)	(19.559)
Lucro líquido ajustado	349.331	371.617

Dividendos obrigatórios
25% do lucro líquido ajustado..... **87.333** **92.904**
(-) Juros sobre capital próprio líquido a serem considerados nos dividendos obrigatórios..... **85.000** **59.500**
 Bruto..... 100.000 70.000
 Imposto de renda..... (15.000) (10.500)
Saldo dos dividendos obrigatórios propostos..... **2.333** **33.404**
Destinação:
Constituição de reserva estatutária..... **246.998** **268.213**
 Expansão de negócios (Até 71,25% do lucro líquido do exercício)..... 246.998 268.213

18. Detalhamento das contas de resultado: 18.1. Prêmios retidos:

Descrição	2013	2012
Assistência médico hospitalar - AMH.....	5.785.264	1.543.773
Assistência odontológica - AO (a).....	51.642	-
Total	5.836.906	1.543.773

(a) A carteira de assistência odontológica foi inserida na Companhia em função da incorporação da SAÚDE conforme descrito na nota 1.2.

18.2. Sinistros ocorridos

Descrição	Antes da lei (a)		Após a lei (a)		2013 Total	
	Rede contratada	Reembolso	Rede contratada	Reembolso	Rede contratada	Reembolso
Consultas.....	(101.750)	(53.179)	(315.138)	(108.852)	(416.888)	(162.031)
Exames.....	(18.850)	(105)	(2.173)	(3.256)	(21.023)	(3.361)
Terapias.....	(213.697)	(13.771)	(783.015)	(29.788)	(996.712)	(43.559)
Internações.....	(658.336)	(48.235)	(1.753.408)	(129.904)	(2.411.744)	(178.139)
Outros (b).....	(160.038)	(32.777)	(385.281)	(79.835)	(545.319)	(112.612)
Subtotal	(1.152.671)	(148.067)	(3.239.015)	(351.635)	(4.391.686)	(499.702)
Total geral						(4.891.388)

Descrição	Antes da lei (a)		Após a lei (a)		2012 Total	
	Rede contratada	Reembolso	Rede contratada	Reembolso	Rede contratada	Reembolso
Consultas.....	(69.232)	(48.935)	(11.377)	(6.965)	(80.609)	(55.900)
Exames.....	(188.919)	(15.303)	(36.491)	(3.428)	(225.410)	(18.731)
Terapias.....	(65.475)	(6.499)	(14.574)	(1.027)	(80.049)	(7.526)
Internações.....	(563.585)	(43.244)	(164.139)	(12.604)	(727.724)	(55.848)
Outros (b).....	(77.379)	(27.399)	(16.465)	(8.201)	(93.844)	(35.600)
Subtotal	(964.590)	(141.380)	(243.046)	(32.225)	(1.207.636)	(173.605)
Total geral						(1.381.241)

(a) Refere-se aos planos de saúde operados antes e após a lei 9.656/1998.
 (b) Na coluna de reembolso após a lei estão incluídos os valores registrados de reembolso ao SUS que em 31/12/2013 totalizavam R\$2.278 (R\$2.333 em 2012).

18.3. Despesas de comercialização

Descrição	2013	2012
Comissões:		
Sobre prêmios.....	(344.743)	(21.906)
Total	(344.743)	(21.906)

18.4. Despesas administrativas

Descrição	2013	2012
Pessoal próprio (a).....	(182.664)	(40.634)
Remuneração baseada em ação.....	(2.657)	(948)
Serviços de terceiros.....	(95.450)	(24.986)
Localização e funcionamento.....	(62.476)	(16.384)
Despesas com tributos.....	(3.731)	(21.587)
Outras.....	(40.599)	(1.369)
Total	(387.577)	(105.908)

(a) Em 31/12/2013 e 2012, os benefícios aos funcionários estão representados basicamente por:

Descrição	2013	2012
Remunerações.....	(88.310)	(21.382)
Encargos sociais.....	(35.031)	(8.619)
Indenizações e rescisões.....	(6.588)	(2.049)
Vale alimentação, refeição e transporte.....	(17.070)	(3.118)
Seguro de vida, saúde e odontológico.....	(4.820)	(697)
Outros benefícios.....	(5.162)	(305)
Total	(156.981)	(36.170)

18.5. Outras despesas operacionais: Em 31/12/2013, as "Outras despesas operacionais", no montante de R\$164.761 (R\$28.188 em 2012), estão registradas nas rubricas "Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde", no montante de R\$102.814 (R\$11.824 em 2012) e "Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora", no montante de R\$61.947 (R\$16.364 em 2012), compostos da seguinte forma:

18.6. Resultado financeiro líquido

Descrição	2013	2012
Títulos e valores mobiliários	114.597	43.774
Valor justo por meio do resultado.....	7.341	8.652
Disponível para venda.....	107.256	35.122
Operações de seguros	21.622	9.814
Atualização monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(1.606)	8.636
Juros de mora	(6.071)	(1.258)
Outros	3.381	1.691
Total	131.923	62.657

• Receitas financeiras

Descrição	2013	2012
Valorização de quotas de fundos de investimentos.....	40.024	8.702
Títulos de renda fixa - privados.....	35.192	14.497
Títulos de renda fixa - públicos.....	91.153	21.626
Operações de seguros.....	22.414	10.342
Juros e variação monetária sobre depósitos judiciais.....	48.177	25.695
Outras.....	6.706	2.733
Total	243.666	83.595

• Despesas financeiras

Descrição	2013	2012
Desvalorização de quotas de fundos de investimentos e de títulos públicos e privados.....	(51.772)	(1.051)
Operações de seguro.....	(792)	(528)
Atualização monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais.....	(49.783)	(17.059)
Juros de mora.....	(6.071)	(1.258)
Outras.....	(3.325)	(1.042)
Total	(111.743)	(20.938)

18.7. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social calculados com base nas alíquotas oficiais estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrados a seguir:

Descrição	2013		2012	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social e participações	446.824	446.824	411.208	411.208
Despesas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(111.706)	(67.024)	(102.802)	(61.681)
Correntes:				
Adições:				
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais.....	(4.347)	(2.627)	(6.210)	(3.726)
Provisão para redução ao valor recuperável de créditos.....	(8.398)	(5.039)	(2.208)	(1.325)
Despesas não dedutíveis.....	(9.531)	(4.824)	(1.078)	(458)
Outras.....	-	(18.358)	(256)	(575)
	(22.276)	(30.848)	(9.752)	(6.084)
Exclusões:				
Resultado positivo de equivalência patrimonial.....	36.651	21.991	89.734	53.840
Atualização de depósitos judiciais.....	11.261	6.756	5.894	3.536
Encargos sobre participações nos lucros.....	2.511	1.506	787	473
Juros s/ capital próprio.....	25.000	15.000	-	-
Reversões de provisões não dedutíveis.....	2	2	-	-
Outras.....	357	-	-	-
	75.782	45.255	96.415	57.849
Redução de incentivos fiscais	3.235	-	948	-
Despesas com imposto de renda e contribuição social corrente	(54.965)	(52.617)	(15.191)	(9.916)
Diferidos:				
Constituição - Crédito tributário sobre diferenças temporárias.....	16.277	26.315	9.163	5.409
Débito tributário sobre atualizações de depósitos judiciais.....	(11.261)	(6.756)	(5.894)	(3.536)
Constituição - Crédito tributário sobre ações judiciais.....	-	15.550	870	165
Constituição / (reversão) da redução ao valor recuperável.....	35	22	(7)	(4)
Receitas com imposto de renda e contribuição social diferido	5.051	35.131	4.132	2.034
Despesas com imposto de renda e contribuição social	(49.914)	(17.486)	(11.059)	(7.882)
Alíquota efetiva	11%	4%	3%	2%
Alíquota efetiva combinada	15%	5%		

19. Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes alocados diretamente no patrimônio líquido

Descrição	2013		2012	
	Ativos financeiros disponíveis para venda	Total	Ativos financeiros disponíveis para venda	Total
Base.....	(23.056)	(23.056)	5.762	5.762
Imposto de renda.....	-	-	3.458	3.458
Contribuição social.....	-	-	9.220	9.220
Líquido	(13.836)	(13.836)		

20. Conciliação entre resultado líquido e caixa líquido gerado nas atividades operacionais

Descrição	2013	2012
Resultado líquido	367.717	388.332
Mais		
Depreciações e amortizações.....	10.510	3.561
Resultado negativo de equivalência patrimonial.....	67.862	-
Juros e variações monetárias de refinanciamento fiscal (REFIS).....	152	1.259
Juros e variações monetárias de provisões judiciais e obrigações fiscais.....	41.546	12.526
Prejuízo na venda de imobilizado.....	395	-
Outros.....	2.657	948
Menos		
Resultado positivo de equivalência patrimonial.....	(214.466)	(358.940)
Juros e variações monetárias de depósitos judiciais e fiscais.....	(55.120)	(28.054)
Juros e variações monetárias de créditos a compensar Lucro na venda de imobilizado.....	(98)	(112)
	(1.145)	(14)
Atividades operacionais	(34.006)	99.974
Variação de créditos das operações com planos de assistência à saúde.....	(38.464)	1.624
Variação de bens e títulos a receber.....	53.548	10.427
Variação de créditos tributários e previdenciários.....	11.559	(17.099)
Variação de ativo fiscal diferido.....	(43.184)	-
Variação de depósitos judiciais.....	(115.215)	(28.548)
Variação de despesas antecipadas.....	196	(78)
Variação de outros créditos a receber de longo prazo..	2.280	367
Variação de despesas de comercialização diferidas.....	(16.626)	19.982
Variação de débitos de operações de assistência à saúde.....	50.279	3.030
Variação de tributos e contribuições a recolher.....	91.824	7.722
Variação de empréstimos e financiamentos a pagar.....	(96)	-
Variação de provisões.....	(60.142)	(999)
Variação de débitos diversos.....	8.528	(6.478)
Variação de provisões técnicas de operações de assistência		